Brazilian Securities Companhia de Securitização

Proposta da Administração – AGOE 2016

29 de Abril de 2016

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14
NIRE: 35.300.177.401

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, a Proposta da Administração ("Proposta") da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Companhia" ou "BS") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2016.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

Nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 481/09, as informações referentes à Assembleia Geral Ordinária da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo I a esta Proposta.

2. Eleição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo II a esta Proposta.

3. Definição da remuneração global dos Administradores da Companhia

Propomos que o montante global máximo da remuneração fixa dos administradores da Companhia para o exercício de 2016 seja no valor de R$ 12.612.840 (doze milhões, seiscentos e doze mil, oitocentos e quarenta reais). Nos termos do artigo 12 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes à proposta da remuneração dos administradores encontram-se dispostas no Anexo III a esta Proposta.

4. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, nos termos do Anexo 9-1-II da ICVM 481/09;

Nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução CVM 481/09, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2014 encontra-se detalhada no Anexo IV a esta Proposta.

ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM nº. 480, de 7.12.2009

10.1 Comentários dos diretores sobre

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desempenhar seu plano de negócio e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, fundamentada pelo amplo suporte de seu controlador, Banco Pan S.A. ("Banco Pan"), cujo bloco de controle é, por sua vez, formado pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e pela Caixa Econômica Federal ("Caixa").

A gestão do caixa e investimentos da Companhia é feita de forma centralizada através da Tesouraria do Banco Pan.

Abaixo fica demonstrada a evolução dos níveis de endividamento e índices de liquidez que tem demonstrado níveis bastante confortáveis na operação:

	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
1.Passivo Circulante	176.342	108.617	18.339
1.Passivo Não Circulante	137.104	17.917	170.009
2.Patrimônio Líquido	207.062	212.591	221.732
(1/2) = Índice de Endividamento Total (NET)	**1,51**	**0,60**	**0,85**

	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
1.Empréstimos	238.391	66.614	154.730
1.Derivativos	-	145	-
2.Patrimônio Líquido	207.062	212.591	221.732
(1/2) = Índice de Envididamento Parcial (NEP)	**1,15**	**0,31**	**0,70**

	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
1.Ativo Circulante	166.915	157.528	110.719
2.Passivo Circulante	176.342	108.617	18.339
(1/2) = Índice de Liquidez Corrente (ILC)	**0,95**	**1,45**	**6,04**

	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
1.Ativo Total	520.508	339.125	410.080
2.Passivo Total	313.446	126.534	188.348
(1/2) = Índice de Liquidez Geral (ILG)	**1,66**	**2,68**	**2,18**

NET – Total de Capital de terceiros sobre Patrimônio Líquido

NEP – Soma de Empréstimos e Derivativos sobre Patrimônio Líquido
ILC - Ativo Circulante sobre Passivo Circulante
ILG - Soma de Ativo Circulante e Ativo Não Circulante sobre a soma de Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

R$ mil	**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2015**
ON	45.845.987	77.864.966	77.864.966
Total	**45.845.987**	**77.864.966**	**77.864.966**

Em dezembro de 2015, o capital social era de R$ 174.201 milhões, composto por 77.864.966 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em dezembro de 2014, o capital social era de R$ 170.229 milhões, composto por 77.864.966 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em dezembro de 2013, o capital social era de R$ 100.229 milhões, composto por 45.845.987 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O quadro abaixo, demonstra a atual estrutura de capital próprio e de terceiros.

R$ mil	**31.12.2013**	**% em relação ao passivo total**	**31.12.2014**	**% em relação ao passivo total**	**31.12.2015**	**% em relação ao passivo total**
1.Patrimônio Líquido	207.062	39,8	212.591	62,7%	221.732	54,1%
2.Capital de Terceiros	313.446	60,2	126.534	37,3%	188.348	45,9%
(1+2) = Passivo Total	**520.508**	**100,0%**	**339.125**	**100,0%**	**410.080**	**100,0%**

Não há hipótese de resgate de ações do emissor além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de seu endividamento, o seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Diretoria acredita que a Companhia atualmente tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos e aquisições, acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

R$ milhões	**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2015**
1. Ativo Circulante	166,9	157,5	110,7
2. Ativo Não Circulante	353,6	181,6	299,4

3. Passivo Circulante	176,3	108,6	18,3
4. Passivo Não Circulante	137,1	17,9	170,0
Índice de Liquidez Corrente (ILC)	0,95	1,45	6,05
Índice de Liquidez Geral (ILG)	1,66	2,68	2,18

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes

Quando necessário, a Companhia capta recursos por meio de contratos com instituições financeiras de grande e médio porte (conforme destacado no item "f"), os quais são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que acredita ser apropriado para o desempenho de suas atividades.

Contratos de Dívidas				
R$ mil		**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2015**
Com Garantia	BID	238.391	66.614	154.730
	Outros	32.445	33.930	12.947
Sem Garantia	Outros	42.610	25.990	20.671
Total		**313.446**	**126.534**	**188.348**

Com Garantia – BID, refere-se ao Empréstimo com o Banco BID
Com Garantia – Outros, refere-se a uma emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários-CRI com coobrigação e Obrigações por Recebíveis Imobiliários
Sem Garantia – Outros, refere-se a Derivativos (Swap - Hedge Captação BID) e Outras Obrigações a Pagar

e) fontes de financiamento para capital de giro para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar cobertura de deficiência de liquidez.

Os investimentos da Companhia são financiados através da combinação entre capital próprio, geração própria de caixa, bem como através de recursos de terceiros. Quando necessário, e a um custo condizente, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos para fazer frente a seus investimentos e obrigações.

f) Níveis de endividamento bancário, via TVM, e características de tais dívidas

Atualmente a Companhia mantém as captações abaixo para manutenção de suas operações.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Empréstimo concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Em 15 de maio de 2015, a Companhia liquidou a linha de crédito captada junto ao BID, referente a contratos firmados nos anos de 2006 e 2010. Em 29 de maio de 2015, a Companhia firmou novo

contrato de crédito com o BID, para captação de até US$ 125 milhões (US$ 75 milhões aprovados imediatamente e suscetíveis a acréscimo de até US$ 50 milhões mediante resultado da sindicalização do empréstimo no mercado) com vencimento em 15 de fevereiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia havia captado R$ 154,7 mil (US$ 40 milhões).

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia tem um relacionamento ativo com outras instituições financeiras, tanto para aquisição de recebíveis imobiliários quanto para atividades de escrituração e liquidação de CRIs, *cash management* da Companhia entre outros.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras registrada em seu passivo, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Segue abaixo o grau de subordinação entre os contratos de dívidas

Contratos de Dívidas				
R$ mil		**31.12.2013**	**31.12.2014**	**31.12.2015**
Com Garantia	BID	238.391	66.614	154.730
	Outros	32.445	33.930	12.947
Sem Garantia	Outros	42.610	25.990	20.671
Total		**313.446**	**126.534**	**188.348**

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Apenas alguns contratos têm condições restritivas ou *covenants,* conforme mencionado na tabela abaixo.

Credor	**Limite Endividamento/ novas dívidas**	**Limitação para alienação de ativos**	**Limitação para emissão de novos valores mobiliários**	**Limitação para alienação de controle acionário**	**Limitação para distribuição de dividendos**

BID	Relação de Dívida / Patrimônio Líquido deve ser menor do que 3.	Sim, exceto para Recebíveis Imob. e ativos não relacionados à atividade	Não	Não	Acima do mínimo obrigatório o credor deve ser informado previamente

g) limites de utilização de financiamentos já contratados

Os financiamentos descritos no item anterior já foram totalmente desembolsados.

Adicionalmente, a Companhia tem linhas de crédito aprovadas, sujeitas a revisões periódicas.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

(R$ milhões, exceto percentuais)

	dez/2015	%	dez/2014	%	dez/2013	%	Δ 2015/ 2014	Δ 2015/ 2013
Caixa e equivalente de caixa	2.621	0,6%	7.460	2,2%	2.953	0,6%	-64,9%	-11,2%
Recebíveis imobiliários	60.943	14,9%	161.062	47,5%	201.385	38,7%	-62,2%	-69,7%
Derivativos	13.321	3,2%	30.272	8,9%	26.955	5,2%	-56,0%	-50,6%
Instrumentos de dívida	272.413	66,4%	93.600	27,6%	237.339	45,6%	191,0%	14,8%
Outros empréstimos e recebíveis	2.425	0,6%	2.443	0,7%	2.593	0,5%	-0,7%	-6,5%
Benefício residual em operações securitizadas	8.433	2,1%	10.211	3,0%	13.158	2,5%	-17,4%	-35,9%
Impostos Correntes	27.105	6,6%	20.651	6,1%	17.358	3,3%	31,3%	56,2%
Impostos Diferidos	8.741	2,1%	10.701	3,2%	14.432	2,8%	-18,3%	-39,4%
Outros ativos	13.481	3,3%	2.237	0,7%	3.847	0,7%	502,6%	250,4%
Outros ativos intangíveis	597	0,1%	488	0,1%	488	0,1%	22,3%	22,3%
Total do Ativo	**410.080**	**100,0%**	**339.125**	**100,0%**	**520.508**	**100,0%**	**20,9%**	**-21,2%**

Caixa e Equivalentes de Caixa

Composta por caixa e depósitos à vista. Em 31 de dezembro de 2015, seu saldo era de R$ 2,7 milhões, registrando quedas de 64,9% e 11,2% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente.

Recebíveis Imobiliários

Inclui as carteiras de financiamento imobiliário que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de certificados de recebíveis imobiliários. O saldo de recebíveis imobiliários em 31 de dezembro de 2015 era de R$ 60,9 milhões, apresentando quedas de 62,2% e 69,7% quando comparado aos saldos do mesmo período de 2014 e 2013. As reduções nesta linha estão relacionadas à emissões de CRI.

Derivativos

Inclui o valor justo, em favor da Companhia, dos instrumentos financeiros derivativos utilizados como mecanismo de proteção das operações passivas dos empréstimos indexados ao dólar (objetos de *hedge*).
Em 31 de dezembro de 2015, esses derivativos apresentavam saldo de R$ 13,3 milhões, ante aos R$ 30,3 milhões de 31 de dezembro de 2014 e R$ 27,0 milhões de 31 de dezembro de 2013.

Instrumentos de Dívida

Títulos que representam instrumento de dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural. Em 31 de dezembro de 2015, esses instrumentos totalizaram R$ 272,4 milhões, registrando aumento de 191,0% frente ao mesmo período de 2014 e aumento de 14,8% em relação a dezembro de 2013, em decorrência de investimentos em CRI, Certificados de Depósito Bancário e Letras Financeiras do Tesouro.

Outros Empréstimos e Recebíveis e Outros Ativos

Referem-se basicamente aos saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

Benefício Residual em Operações Securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e da liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo desse benefício totalizava R$ 8,4 milhões, representando uma queda de 17,4% se comparado ao saldo de R$ 10,2 em 31 de dezembro de 2014 e recuo de R$ 35,9% se comparado ao saldo de R$ 13,2 milhões no mesmo período de 2013 em decorrência do encerramento de séries emitidas.

Impostos Correntes

Em 31 de dezembro de 2015 os Impostos Correntes totalizaram R$ 27,1 milhões, representando um aumento de 31,3% se comparado com o mesmo período de 2014, quando tais impostos totalizaram R$ 20,7 milhões. Se comparado com 31 de dezembro de 2013, o aumento representa 56,2%.

Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2015 os Impostos Diferidos totalizaram R$ 8,7 milhões, o que representa uma redução de 18,3% se comparada com o mesmo período de 2014 onde tais impostos totalizaram R$ 10,7 milhões. Se comparada com 31 de dezembro de 2013, a redução representa 39,4%.

Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

(R$ milhões, exceto percentuais)

	dez/2015	%	dez/2014	%	dez/2013	%	Δ 2015/ 2014	Δ 2015/ 2013
Obrigações por empréstimos no Exterior	154.730	37,7%	66.614	19,6%	238.391	45,8%	132,3%	-35,1%
Recursos de emissão de títulos	8.633	2,1%	10.420	3,1%	12.929	2,5%	-17,1%	-33,2%
Correntes	3.772	0,9%	4.756	1,4%	15.054	2,9%	-20,7%	74,9%
Obrigações por aquisição de recebíveis	4.314	1,1%	23.510	6,9%	19.516	3,7%	-81,7%	-77,9%
Derivativos	-	0,0%	145	0,0%	224	0,0%	-	100,0%
Diversos	9.284	2,3%	14.156	4,2%	21.198	4,1%	-34,4%	-56,2%
Diferidos	7.615	1,9%	6.933	2,0%	6.134	1,2%	9,8%	24,1%
Patrimônio líquido	221.732	54,1%	212.591	62,7%	207.062	39,8%	4,3%	7,1%
Total do Passivo	**410.080**	**100,0%**	**339.125**	**100,0%**	**520.508**	**100,0%**	**20,9%**	**-21,2%**

Obrigações por Empréstimos no Exterior

Inclui a captação de recursos junto a instituições financeiras no País e no Exterior. Parte dos empréstimos no Exterior é objeto de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2015, esses empréstimos totalizaram R$ 154,7 milhões, representando aumento de 132,3% se comparado com o mesmo período de 2014, quando esses empréstimos totalizavam R$ 66,6 milhões. Em relação a dezembro de 2013, houve queda de 35,1% no valor desses empréstimos. O saldo em dez/2013 correspondia a USD 100MM no contrato com o BID que estava em fase de amortização. Em dez/14, o saldo já havia sido reduzido para USD 25 MM. Como comentado anteriormente, este contrato foi liquidado em Maio/15 e em dezembro/15, o saldo correspondia ao novo contrato no valor desembolsado de USD 40 MM.

Recursos de Emissão de Títulos

Valores correspondentes às séries de CRI 95-96, únicas séries existentes emitidas com coobrigação pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, esses recursos totalizaram R$ 8,6 milhões, ante a R$ 10,4 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R$ 12,9 milhões em 31 de dezembro de 2013. Estas séries têm ativos suficientes para honrar os CRIs.

Obrigações por Aquisição de Recebíveis

Essas obrigações em 31 de dezembro de 2015, representavam R$ 4,3 milhões, que corresponde a uma queda de R$ 81,7% se comparada a 31 de dezembro de 2014, onde essas mesmas obrigações totalizaram R$ 23,5 milhões. Já em relação a 2013, quando totalizavam R$ 19,5 milhões, o saldo dessas obrigações apresentou redução de 77,9%.

Derivativos

Inclui o valor justo passivo da Companhia nos instrumentos derivativos utilizados como mecanismo de proteção dos empréstimos indexados ao dólar (objetos de *hedge*).

Patrimônio Líquido

O saldo do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2015 totalizou R$ 221,7 milhões, já considerando a provisão proposta para pagamento de dividendos no montante de R$ 1,7 milhões, representando um aumento de 4,3% se comparado com o montante de R$ 212,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2013, o aumento foi de 7,1%.

Análise das Demonstrações do Resultado

Comparação entre o período findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Abaixo segue análise vertical e horizontal para o período apresentado:

Em R$ Mil	dez/2014	AV	dez/2015	AV	AH
Receita/Despesa Operacional	**46.082**	**100,00%**	**35.688**	**101,00%**	**-22,56%**
Recebíveis Imobiliários	36.355	78,89%	26.753	74,96%	-26,41%
Benefício Residual em Operações Securitizadas	6.657	14,45%	7.564	21,19%	13,62%
Receita de Prestação de Serviços	3.070	6,66%	1.728	4,84%	-43,71%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	0,00%	-357	-1,00%	-
Receita /Despesa Financeira	**-8.682**	**-18,84%**	**9.178**	**25,72%**	**-205,71%**
Receita Financeira [(a)]	30.321	65,80%	48.167	134,97%	58,86%
Despesa Financeira [(b)]	-39.003	-84,64%	-38.989	-109,25%	-0,04%
Despesas Gerais e Administrativas	**-24.235**	**-52,59%**	**-33.906**	**-95,01%**	**39,91%**
Despesas com pessoal	-8.634	-18,74%	-15.833	-44,37%	83,38%
Outras despesas Administrativas	-10.126	-21,97%	-13.084	-36,66%	29,21%
Despesas de Impostos	-4.869	-10,57%	-5.609	-15,72%	15,20%
Outras receitas (despesas) operacionais e não operacional	-606	-1,32%	620	1,74%	-202,31%
Lucro Bruto	**13.165**	**28,57%**	**10.960**	**30,71%**	**-16,75%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-4.451	-9,66%	-3.801	-10,65%	-14,60%
Lucro Líquido	**8.714**	**18,91%**	**7.159**	**20,06%**	**-17,84%**

(a) Se refere, basicamente, à receita com juros e similares;
(b) Se refere, basicamente à despesa com juros e similares e ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

A Demonstração do Resultado apresentou, no período findo em 31 de dezembro de 2015, um lucro líquido de R$ 7.159 mil, comparado a um lucro líquido de R$ 8.714 mil no período findo em 31 de dezembro de 2014.

Exercício 2015

Receita/Despesa Operacional

A receita/despesa operacional foi de R$35,7 milhões, proveniente principalmente de recebíveis imobiliários, da receita de benefício residual em operações securitizadas e da receita de prestação de serviços. Em 2051, a Companhia se tornou apta a emitir Certificados de Recebíveis do Agronegócio, expandindo os negócios que geram receitas de serviços.

Receita/Despesas Financeiras

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício findo de 2015 foi uma receita de R$9,2 milhões, compreendendo basicamente a receita financeira de R$48,2 milhões e a despesa financeira de R$39,0 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício findo de 2015 foram de R$33,9 milhões, tendo sido compostas principalmente por outras despesas administrativas, que corresponderam a R$ 13,1 milhões das despesas gerais e administrativas, e pelas despesas com pessoal, que foram responsáveis por R$ 15,8 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social correspondeu a R$3,8 milhões.

Lucro líquido

O Lucro Líquido no exercício findo de 2015 foi de R$7,2 milhões.

Comparação entre o exercício findo em dezembro de 2014 e o exercício findo em dezembro de 2013.

Abaixo segue análise vertical e horizontal para o período apresentado:

Em R$ Mil	dez/2013	AV	dez/2014	AV	AH
Receita/Despesa Operacional	**34.678**	**75,25%**	**46.082**	**129,12%**	**32,89%**
Recebíveis Imobiliários	21.668	47,02%	36.355	101,87%	67,78%
Benefício Residual em Operações Securitizadas	8.384	18,19%	6.657	18,65%	-20,60%
Receita de Prestação de Serviços	4.626	10,04%	3.070	8,60%	-33,64%
Receita /Despesa Financeira	**45.521**	**131,27%**	**-8.682**	**-24,33%**	**-119,07%**
Receita Financeira [(a)]	112.560	244,26%	30.321	84,96%	-73,06%
Despesa Financeira [(b)]	-67.039	-145,48%	-39.003	-109,29%	-41,82%
Despesas Gerais e Administrativas	**-29.821**	**-64,71%**	**-24.235**	**-67,91%**	**-18,73%**
Despesas com pessoal	-14.569	-31,62%	-8.634	-24,19%	-40,74%
Outras despesas Administrativas	-11.873	-25,76%	-10.126	-28,37%	-14,71%
Despesas de Impostos	-5.735	-12,45%	-4.869	-13,64%	-15,10%
Depreciação e Amortização	(16,00)	-0,03%	-	0,00%	0,00%
Outras receitas (despesas) operacionais e não operacional	2.372	5,15%	-606	-1,70%	-125,55%
Lucro Bruto	**50.378**	**109,32%**	**13.165**	**36,89%**	**-73,87%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-17.098	-37,10%	-4.451	-12,47%	-73,97%
Lucro Líquido	**33.280**	**72,22%**	**8.714**	**24,42%**	**-73,82%**

(a) Se refere, basicamente, à receita com juros e similares;
(b) Se refere, basicamente à despesa com juros e similares e ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

A Demonstração do Resultado apresentou, no período findo em 31 de dezembro de 2014, um lucro líquido de R$ 8.714 mil, comparado a um lucro líquido de R$ 33.280 mil no período findo em 31 de dezembro de 2013.

Exercício de 2014

Receita Operacional

A receita operacional foi de R$46 milhões, proveniente principalmente de recebíveis imobiliários, da receita de benefício residual em operações securitizadas e da receita de prestação de serviços.

Receita/Despesas Financeiras

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício social de 2014 foi de R$8,7 milhões negativos, compreendendo basicamente a receita financeira de R$30 milhões e a despesa financeira de R$39 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício social de 2014 foram de R$24 milhões, tendo sido compostas principalmente por outras despesas administrativas, que corresponderam a R$ 10,1 milhões e pelas despesas com pessoal de R$ 8,6 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social correspondeu a R$4,5 milhões.

Lucro líquido

O lucro no exercício social de 2014 foi de R$8,7 milhões.

Exercício 2013

Receita Operacional

A receita operacional foi de R$35 milhões, proveniente principalmente de recebíveis imobiliários, da receita de benefício residual em operações securitizadas e da receita de prestação de serviços.

Receita/Despesas Financeiras

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício social de 2013 foi de R$46,0 milhões, compreendendo basicamente a receita financeira de R$113 milhões e a despesa financeira de R$67 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício social de 2013 foram de R$30 milhões, tendo sido compostas principalmente pelas despesas com pessoal, que corresponderam a R$ 14,6 milhões e pelas outras despesas administrativas no montante de R$ 11,9 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social correspondeu a R$17,1 milhões.

Lucro líquido

O lucro no exercício social de 2013 foi de R$33,3 milhões.

10.2. Comentários dos Diretores:

a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita da Companhia incluem: receitas com juros e similares, benefício residual em operações securitizadas e receita de prestação de serviços.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Desde sua constituição em 2000, as receitas da Companhia decorrem da aquisição de créditos para emissão de CRIs, operações de securitização e a prestação de serviços de estruturação de operações de securitização.

Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário e que impactam na geração de créditos imobiliários, as atividades da Companhia são afetadas pelos seguintes riscos:

- a conjuntura econômica do Brasil pode prejudicar o setor imobiliário como um todo, através da desaceleração da economia, aumento de juros, flutuação da moeda e instabilidade política, dentre outros fatores;
- eventual nova regulamentação ou condições de mercado, de corrigir monetariamente recebíveis, de acordo com certas taxas de inflação, conforme atualmente permitido, o que poderia tornar a securitização inviável financeira ou economicamente;
- o grau de interesse dos compradores de CRIs podem ficar significativamente abaixo do esperado, tornando-o menos lucrativo do que o esperado ou pode diminuir sua liquidez; e
- condições do mercado imobiliário local ou regional, tais como o excesso de oferta reduzindo os ganhos da securitização.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não sofreu qualquer alteração nas atividades operacionais nos últimos 2 anos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c) eventos ou operações não usuais

A Companhia é uma empresa conservadora e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 não teve eventos ou operações não usuais.

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis:

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, que modificou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "*International Accounting Standards Board* - IASB".

Novas normas e interpretações de normas que alteraram as práticas adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sendo requeridas para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em 31 de dezembro de 2015

- IAS 19 (R1) – Benefícios a Empregados – regra determina que a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros para fins de contabilização de planos de benefícios definidos. Não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações financeiras.

- Alteração do IAS 32 – "Instrumentos Financeiros - Apresentação" – essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de offsetting de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2014.

- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Efetiva a partir de 01/01/2014 e, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não geraram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

- IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de Hedge Accounting, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma Clearing, dentro de certas condições. Efetiva a partir de 01/01/2014. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos nas demonstrações financeiras.

- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

- IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como "Joint Arrangements", associações e sociedades de propósitos específicos. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

- IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

- Entidades para Investimento: Alterações no IFRS 10 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas", IFRS 12 – "Divulgação de Participações em Outras Entidades" e IAS 27 – "Demonstrações Financeiras Separadas". São aplicáveis as entidades de investimento, que investem em fundos, exclusivamente para obter retornos de valorização de capital, rendas de investimento ou ambos. Efetivo a partir de 01/01/2014. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos nas demonstrações financeiras.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Conforme descrito no item anterior, as alterações em práticas contábeis mais significativas ocorreram ainda em 2010, com o advento da adoção completa das normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM (IFRS). Dessa forma, as informações financeiras divulgadas no exercício de 2010 a 2015 já foram de forma uniforme, não havendo impactos significativos em decorrência de eventuais mudanças em práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Comentários da Administração

O parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers, em 05 de fevereiro de 2016, referente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não apresentou qualquer ênfase ou ressalva.

O parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers, em 09 de fevereiro de 2015, referente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não apresentou qualquer ênfase ou ressalva.

O parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers, em 19 de fevereiro de 2014, referente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentou somente uma ênfase, relacionada à mudança de controle acionário.

A mudança de controle acionário teve como finalidade a simplificação societária da estrutura e envolveu apenas empresas pertencentes ao Grupo Pan.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e propósito da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8 Plano de Negócios

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimentos em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c. Novos produtos e serviços

i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii - projetos em desenvolvimento já divulgados

iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11 Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados no item 10.

ANEXO II

Eleição de membros do Conselho de Administração

12.6. Em relação a cada um dos administradores, indicar:

	José Luiz Acar Pedro	**Leandro de Azambuja Micotti**	**Ricardo Daniel Gomes de Negreiros**
Idade	63 anos	43 anos	31 anos
Profissão	Administrador de Empresas e Contador	Advogado	Economista
CPF	607.571.598-34	167.898.058-77	100.113.537-75
Cargo	Presidente do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração
Data de Eleição	29.04.2016	29.04.2016	29.04.2016
Data da Posse	Após homologação do Banco Central do Brasil	Após homologação do Banco Central do Brasil	Após homologação do Banco Central do Brasil
Prazo do Mandato	Até a AGO de 2019	Até a AGO de 2019	Até a AGO de 2019
Outros Cargos	Diretor Presidente	N/A	N/A
Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada um dos membros dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a/b. Currículo e demais eventos relacionados aos membros do Conselho de Administração:

José Luiz Acar Pedro – Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas de Santana e em Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu, atua no mercado financeiro há aproximadamente 40 anos. Iniciou sua carreira em 1971 no BCN, sendo eleito Diretor em 1986, Vice-Presidente Executivo em 1996 e Diretor-Presidente em 1999. Em 2003, foi eleito Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco, onde atuou também como membro do Conselho Executivo. Entre as posições que ocupou estão ainda, entre outras, a de Diretor do Banco Alvorada, Diretor Vice-Presidente do Banco BankPar, Diretor do Banco Boa Vista Interatlântico, Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros e Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco BBI, Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco Cartões, Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco Financiamentos, Diretor Vice-Presidente da BEM DTVM, Diretor Vice-Presidente da Bradesco Administradora de Consórcios e Diretor Vice-Presidente do Banco IBI. Atualmente é Diretor

Presidente do Banco Pan S.A.; Diretor da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda., Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Brazilian Finance & Real Estate S.A.; Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Brazilian Securities Companhia de Securitização; Diretor Presidente da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária; e Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. Não existe nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador. Não existe nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador.

Leandro de Azambuja Micotti – Formado em Direito pela Universidade Mackenzie, com especialização em Direito Empresarial pela PUC/SP, possui mais de 20 anos de experiência profissional, tendo ingressado no Banco BTG Pactual em 1997, onde ocupou diversas posições gerenciais, sendo a última como responsável pelo Departamento Jurídico no Brasil. Atualmente é Diretor do Banco Pan S.A.; Diretor da Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.; Diretor da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Brazilian Finance & Real Estate S.A.; e Diretor da Brazilian Securities Companhia de Securitização. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Ricardo Daniel Gomes de Negreiros – Formado em Economia pela PUC-RJ, possui 14 anos de experiência profissional em diversas áreas do mercado financeiro. Ingressou no Banco BTG Pactual em 2005, onde foi operador proprietário de moedas e juros, sendo por último responsável pela mesa de Open Market do Banco. Também foi membro de diferentes comitês de representação e autorregulação na Anbima, onde também atuou como Vice-Presidente do Comitê de Precificação de Ativos. Atualmente é superintendente executivo de Tesouraria e Captação do Banco Pan. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores:

Não há relação familiar entre os administradores da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle de administradores e controladas e outros:

Membros do Conselho de Administração:

Pessoa	Parte Relacionada	Tipo de Parte Relacionada	Cargo ou função da pessoa junto à parte relacionada
José Luiz Acar Pedro	Banco Pan S.A.	Controlador Direto	Diretor Presidente
Leandro de Azambuja Micotti	Banco Pan S.A.	Controlador Direto	Diretor

Ricardo Daniel Gomes de Negreiros	Banco Pan S.A.	Controlador Diretor	Superintendente Executivo

ANEXO III

Remuneração dos administradores

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal:

Remuneração total prevista no Exercício Social 31/12/2016 - Valores Anuais	
	Diretoria Estatutária
Nº de membros	6
Remuneração fixa anual	
Salário pró-labore	12.612.840,00
Benefícios diretores e indiretos	67.710,84
Participações em comitês	
Descrição outras remunerações fixas	
Remuneração variável	
Bônus	
Participação de resultados	
Participação em reuniões	
Comissões	
Outros	
Descrição de outras remunerações variáveis	
Pós emprego	
Cessação do cargo	
Baseada em ações	
Observação	
Total da remuneração	**12.680.550,84**

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2015 - Valores Anuais	
	Diretoria Estatutária
Nº de membros	5,08
Remuneração fixa anual	
Salário pró-labore	8.410.333,26
Benefícios diretores e indiretos	62.120,04
Participações em comitês	
Descrição outras remunerações fixas	
Remuneração variável	
Bônus	
Participação de resultados	
Participação em reuniões	
Comissões	
Outros	
Descrição de outras remunerações variáveis	
Pós emprego	
Cessação do cargo	
Baseada em ações	
Observação	
Total da remuneração	**8.472.453,30**

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2014 - Valores Anuais	
	Diretoria Estatutária
Nº de membros	3
Remuneração fixa anual	
Salário pró-labore	739.191

Benefícios diretores e indiretos	63.705
Participações em comitês	
Descrição outros remunerações fixas	
Remuneração variável	
Bônus	
Participação de resultados	
Participação em reuniões	
Comissões	
Outros	
Descrição de outras remunerações variáveis	
Pós emprego	
Cessação do cargo	
Baseada em ações	
Observação	
Total da remuneração	**802.896**

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2013 - Valores Anuais	
	Diretoria Estatutária
Nº de membros	5
Remuneração fixa anual	
Salário pró-labore	1.311.806
Benefícios diretores e indiretos	71.620
Participações em comitês	
Descrição outros remunerações fixas	
Remuneração variável	
Bônus	
Participação de resultados	

Participação em reuniões	
Comissões	
Outros	
Descrição de outras remunerações variáveis	
Pós emprego	
Cessação do cargo	
Baseada em ações	
Observação	
Total da remuneração	**1.383.426**

13.13 Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015	
Conselho de Administração	
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014	
Conselho de Administração	
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013	
Conselho de Administração	
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	

13.16 outras informações que a Companhia julga relevantes
Não existem outras informações relevantes sobre este item "13".

ANEXO IV

Informações nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009

1. **Informar o lucro líquido do exercício.**

   O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 7,2 milhões.

2. **Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.**

Descrição	Valor R$ mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
Dividendos a pagar até 31.12.2016	1.700	0,000021833	0,000021833	-	-

3. **Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.**

Descrição	Valor R$ mil	Percentual
Lucro Líquido do Exercício de 2015	**7.159**	**-**
(-) Reserva Legal	(358)	**-**
Base de Cálculo	**6.801**	**-**
Dividendos a pagar provisionados	1.700	25,00

4. **Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.**

Descrição	Valor R$ mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
Dividendos a pagar até 31.12.2015	2.070	0,000026579	0,000026579	-	-

Descrição	Valor R$ mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF

Dividendos a pagar até 31.12.2014	7.904	0,000172403	0,000172403	-	-

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não haverá distribuição de dividendos, ou JCP, além do declarado no item 2, acima.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2015 - R$ mil	2014 - R$ mil	2013 - R$ mil	2012 - R$ mil
ON	7.159	8.714	33.280	-
PN	-	-	-	-
Total	7.159	8.714	33.280	-

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2015 - R$ mil	2014 - R$ mil	2013 - R$ mil	2012 - R$ mil
ON	1.700	2.070	7.904	-
PN	-	-	-	-
Total	1.700	2.070	7.904	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal foi de R$ 358 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do estatuto social, a Brazilian Securities deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social da Brazilian Securities. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, a Brazilian Securities poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme deliberado em Estatuto Social, a distribuição de dividendos será no mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, após a destinação para reserva legal.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não Aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva estatutária foi de R$ 5.101 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante transferido para a Reserva Estatutária consiste no Resultado do Período, descontado a Reserva Legal e a provisão para pagamento de Dividendos.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.